

Tragédia climática reacende debate sobre proteção patrimonial e a necessidade de políticas públicas nacionais para ampliar o acesso ao seguro no Brasil

Claudia Prates e Pricilla Santana na palestra 'Reconstrução após inundações no Rio Grande do Sul 2024'

As enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul em 2024 deixaram um rastro de destruição, perdas humanas e prejuízos bilionários. Cidades inteiras foram inundadas, milhares de pessoas ficaram desabrigadas e empresas tiveram suas atividades interrompidas por semanas. Em meio ao cenário de calamidade, um tema voltou ao centro das discussões: a importância do seguro como instrumento de proteção e resiliência diante de eventos climáticos extremos. Para falar sobre a reconstrução do estado, o 2º Fórum IRB(P&D) convidou Pricilla Santana, secretária da Fazenda do Rio Grande do Sul, e Claudia Prates, diretora de Sustentabilidade da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg).

Ao abrir o painel, Claudia Prates expôs números relacionados à tragédia. Segundo Prates, os prejuízos chegam à casa dos R\$100 bilhões. "O Rio Grande do Sul tem a quarta maior penetração de seguros no país e apenas R\$ 6 bilhões foram cobertos. A maior parte para grandes riscos, cerca de R\$ 3 bilhões; seguido de veículos, R\$ 1 bilhão; e residencial, por volta de R\$ 600 mil. O gap de proteção é enorme no Brasil", afirma a diretora.

De acordo com Pricilla Santana, o Rio Grande do Sul é o estado que mais sofre com intempéries climáticas no Brasil, sejam eventos extremos generalizados ou focados. Entre 2020 e 2021, o estado foi atingido por seca e estiagem, que comprometeram a produção agrícola, mas que não alteraram a procura por seguros. Tanto que, de acordo com Cláudia Prates, nas inundações que ocorreram em 2024, cerca de 90% das famílias e dos pequenos negócios não estavam cobertos e apenas R\$ 180 milhões em seguros foram destinados ao setor agrícola.

"Vocês vão ver no limite que quem arcou com as despesas da calamidade foi o poder público, federal ou estadual", afirmou a Pricilla, acrescentando que "22% dos negócios tinham uma apólice de seguro, mas nenhuma delas tinha as características que davam cobertura ao evento que enfrentamos".

A secretária afirmou ainda que acredita que grupos seguradores do RS não devem encampar sozinhos o mercado gaúcho, mas que são necessários uma política nacional e outros players para assumirem a cobertura do estado. "O Brasil tem capacidade de aprendizagem e planejamento, mas falta cultura securitária", afirma.

A tragédia no RS foi tema do primeiro Relatório Técnico do IRB(P&D). A análise, publicada em maio, destaca a influência do fenômeno El Niño e o bloqueio atmosférico que manteve a alta concentração pluviométrica na região como fatores que agravaram a tragédia, assim como o desmatamento, as falhas na gestão das comportas do rio Guaíba e o bloqueio dos canais de escoamento. Ao todo, 2,4 milhões de pessoas foram impactadas pelas enchentes, que ocasionaram 58 mil solicitações de indenizações ao setor de seguros, totalizando R\$ 6,04 bilhões em sinistros.

Com apoio da CNseg, o 2º Fórum IRB(P&D) reuniu, nesta quarta-feira (06/08), representantes do mercado de seguros e resseguros, do setor público e especialistas do Brasil e do exterior. Entre os temas debatidos: inovação, parcerias público-privada e estratégias de resiliência frente aos riscos climáticos.

Fonte: IRB Re, em 06.08.2025